

**ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

GLORINHA LOVATO

**CULTURA ESCOLAR E RACISMO: PRÁTICA PEDAGÓGICA RACIAL**

São Leopoldo

2012



GLORINHA LOVATO

CULTURA ESCOLAR E RACISMO: PRÁTICA PEDAGOGICA RACIAL

Trabalho Final de Mestrado Profissional  
Para obtenção de grau de  
Mestre em Teologia  
Escola Superior de Teologia:  
Programa de Pós-Graduação  
Linha de Pesquisa: Educação Comunitária  
com Infância e Juventude.

Orientador: Selenir Corrêa Gonçalves Kronbauer

Segunda Avaliadora: Gisela Isolde Waechter Streck

São Leopoldo

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L896c Lovato, Glorinha  
Cultura escolar e racismo: prática pedagógica racial / Glorinha Lovato ; orientadora Selenir Corrêa Gonçalves Kronbauer. – São Leopoldo : EST/PPG, 2012.  
47 p.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2012.

1. Discriminação na educação. 2. Racismo – Brasil. 3. Preconceitos – Brasil. 4. Racismo na educação. I. Kronbauer, Selenir Corrêa Gonçalves. II. Título.

GLORINHA LOVATO

CULTURA ESCOLAR E RACISMO: PRÁTICA PEDAGÓGICA RACIAL

Trabalho Final de Mestrado Profissional  
Para obtenção de grau de  
Mestre em Teologia  
Escola Superior de Teologia:  
Programa de Pós-Graduação  
Linha de Pesquisa: Educação Comunitária  
com Infância e Juventude.

Selenir Corrêa Gonçalves Kronbauer – Mestre em Teologia – Escola Superior de Teologia

---

Gisela Isolde Waechter Streck – Doutora em Teologia – Escola Superior de Teologia

---



## **RESUMO**

A proposta principal é a superação da discriminação racial nas instituições de ensino, analisar as formas mais comuns de expressar o racismo na sociedade contemporânea. As discussões abordam estereótipos existentes, bem como a importância de usar a lei para combater a discriminação. Isso envolve uma discussão sobre a legislação judicial e a importância da educação para se alcançar melhor qualidade de vida. É necessário melhorar a qualidade do corpo docente com intuito de melhorar as aulas, para que sejam mais significativas nesse processo de combate ao racismo no ambiente escolar em um primeiro momento, para que possa refletir na sociedade como um todo. Isso possibilita e garante que os afrodescendentes se tornem parte do sistema de ensino superior.

**Palavras-chave:** Cultura Escolar. Racismo. Currículo.





## **ABSTRACT**

The main purpose is a comprehensive proposal to overcome racial discrimination in the school system and analyses the most common ways that racism is expressed nowadays in society. Discussions include existing stereotypes as well as the importance of using the law to fight discrimination. This involves a discussion of judicial legislation. The growing importance of education in terms of helping to achieve better living standards is explored. These include raising the quality of the teaching staff and raising the quality of the classes, as both of these actions are considered to be very useful in assuring that Afro-descendants become part of the higher education system.

**Keywords:** Racial discrimination. Racism. Curriculum.





*Se eu pudesse,  
daria um globo terrestre a cada criança...  
Se possível, até um globo luminoso,  
na esperança de alargar ao máximo  
a visão infantil e de ir despertando  
interesse e amor por todos os povos,  
todas as raças,  
todas as línguas,  
todas as religiões!...*

(HÉLDER CÂMARA – MIL RAZÕES PARA VIVER – CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA)



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus,  
por ter me acompanhado e iluminado durante todo esse percurso  
e por ter colocado pessoas maravilhosas para me ajudar.

Ao povo afrodescendente do Cubango Niterói/RJ,  
por inspirar e despertar em mim o interesse e a valorização de sua cultura  
e por somar forças na luta contra o racismo.

À professora Selenir Corrêa Gonçalves Kronbaner,  
por ter aceitado o desafio de me acompanhar nessa missão em respeito à diversidade afro.

As Irmãs missionárias Agostinianas Recoletas,  
que me proporcionaram tempo, espaço, paciência, incentivos e sacrifícios  
para eu concluir esta meta.

Às minhas irmãs Percília e Jovelina,  
que, por muitas vezes, se privaram de minha companhia, tendo paciência e compreensão.

Às minhas amigas Sônia Dias e Maria Lina,  
que, durante o curso do mestrado, se fizeram presente todo o tempo  
com gesto de apoio e carinho, motivando-me com suas palavras de incentivos.

Finalmente, à EST,  
por acreditar na diversidade  
e por criar meios para que sejam expressas as diversidades educacionais  
e a valorização em suas especificidades.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO RACIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS .....	17
1.1 Preconceito e discriminação racial.....	19
2 A DIVERSIDADE CULTURAL NO CURRÍCULO ESCOLAR E NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO.....	25
2.1 A Lei n. 10.639/03 .....	27
2.2 Discriminação racial nas escolas .....	30
2.3 Negação das culturas e silenciamento no currículo .....	34
2.4 Cultura escolar e racismo.....	36
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS .....	45





## INTRODUÇÃO

Apesar do número significativo de afrodescendentes na diversidade étnica da população brasileira, o racismo ainda é um motivo de muita preocupação e discussão nos diversos setores de nossa sociedade. Os meios de comunicação ainda colaboram de forma negativa para a disseminação de uma forma de discriminação, mesmo que disfarçada pelo discurso: “No Brasil, não existe racismo”. Programas com “piadas” discriminatórias são veiculados diariamente pela mídia e ajudam a construir e perpetuar uma imagem negativa do negro. Essa “colaboração” da mídia alimenta a cada dia a visão racista da sociedade e viola a imagem do jovem negro, que, dentro de uma dicotomia social, é sempre visto como um “coitadinho” ou como um mau “elemento”.

No Estado do Espírito Santo, a violência, propagada ou potencializada por políticas inconsequentes de repressão às comunidades carentes de um conjunto de assistência pública, tem aumentado vertiginosamente os índices de mortalidade entre os jovens. Alguns movimentos populares de contracultura moralista também colaboram bastante com essa disseminação da violência. Esses movimentos se utilizam do setor artístico da cultura popular para pregar um contra-ataque violento contra os poderes públicos e os setores considerados burgueses da sociedade. Esses fatos vêm legitimando a entrada de jovens, em sua maioria, afrodescendentes para o mundo da criminalidade.

A questão da discriminação racial a que estão submetidos milhares de jovens e crianças negras hoje que estão nas instituições de ensino é fato comprovado. Pesquisas têm apontado os elementos “cor” e “classe social” como fatores determinantes para a constituição de um quadro de desigualdade educacional no Brasil. É nesse cenário que esse trabalho vem fomentar a discussão do racismo propagado dentro das instituições de ensino. De maneira consciente ou não, o racismo vem sendo reforçado nas práticas pedagógicas, nos livros didáticos e até mesmo no currículo educacional.

As instituições de ensino são responsáveis pela socialização, uma vez que assume o papel de instituição social. Os sujeitos que recorrem a elas são conduzidos por um processo de socialização, por meio do qual estabelecem relações entre os diversos grupos familiares e de

diferentes culturas. O espaço privilegiado das instituições de ensino favorece uma convivência das tensões raciais e sociais. As relações entre crianças negras e brancas em uma mesma sala de aula acontecem muitas vezes de forma tensa e acabam levando a criança negra a vivenciar a exclusão e o isolamento e vice-versa. Isso quando não conduzem a uma modificação de comportamento da criança, a qual acaba se transformando em uma criança tímida, com baixa autoestima e com dificuldade na seriação escolar, por medo de ser rejeitada ou ridicularizada pelo grupo social que assume uma postura de superioridade.

Assim sendo, o presente trabalho se divide em dois capítulos. O primeiro capítulo apresenta considerações conceituais relativas ao preconceito e à discriminação de negros no contexto brasileiro, a partir de um breve retrospecto histórico de caráter introdutório e panorâmico. O segundo capítulo abordar a questão da diversidade cultural, na perspectiva do currículo escolar, motivada pela inclusão do tema da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, traçando um breve panorama do que a lei determina e problematizando a questão do preconceito na sala de aula. Considerando esse contexto, as instituições de ensino, esse trabalho refletirá sobre as práticas pedagógicas, as propostas curriculares e o material didático utilizado em salas de aulas; instrumentos que podem reforçar o racismo, trazendo grandes prejuízos para as crianças e os jovens negros.

## **1 DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO RACIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS**

A escravidão e o tráfico de escravos eram essenciais na montagem da empresa colonial que caracterizou o mundo ocidental entre o final do século XV e o início do século XIX. Não bastava aos europeus, em particular aos espanhóis e portugueses, anexar novos territórios para que as terras conquistadas produzissem mercadorias necessárias ao comércio que se expandiu nesse período. Essa produção exigia mão de obra abundante, por isso buscavam trabalhadores que transformassem a América, recém-conquistada, em retaguarda econômica da Europa moderna. A solução encontrada pelos colonizadores foi buscar no continente africano população já afeita ao trabalho sistemático e às tarefas da agricultura. As embarcações, antes vazias ao virem para América, passaram a carregar em seus porões uma “mercadoria” especialmente valiosa, constituída por africanos escravizados. O retorno à Europa não era o problema, pois essas embarcações transportavam produtos coloniais.

A opção pelo escravo africano se deve a um conjunto de fatores: Os índios tinham uma cultura que não contemplava o trabalho intensivo e que empregava seu tempo em rituais e celebrações. Não tinham o ritmo de trabalho que os europeus desejavam. Desde o século XVI, o comércio de escravos já havia ganhado o mercado e demonstrado lucratividade. As habilidades dos negros já tinham sido percebidas pelos colonizadores, os quais sabiam também que sua capacidade produtiva era bem superior aos dos índios.

O tráfico de escravos tornou-se um negócio muito rentável. A escravidão se fez sempre através de violência física e de inúmeros mecanismos de controle e submissão, os quais visavam dominar o escravo a ponto de fazê-lo aceitar sua situação passivamente. O castigo físico tinha o objetivo pedagógico de corrigir e educar o escravo castigado e outros que eram obrigados a presenciarem o castigo para que tivessem um bom desempenho no trabalho. Deve-se notar ainda que a escravidão não era apenas mais uma instituição naquela época. Ela ocupou o centro do sistema social e econômico nas áreas de colonização portuguesa, espanhola, francesa e inglesa na América durante séculos. Toda a produção

econômica e toda a sociedade estavam assentadas sobre o sistema escravista. De acordo com Antônio Olímpio Sant'Ana,

O século XIX foi o século da consolidação das doutrinas racistas. Em 1815, as nações colonialistas Inglaterra, França e Alemanha, reuniram-se em Viena para repartir o mundo conhecido da época. Neste encontro, nada se falou sobre o tráfico de escravos. O representante do Papa, presente ao encontro, calou-se para não prejudicar os países majoritariamente católicos e praticantes da escravidão negra.

Em 1839, após ser pressionado, o Papa Gregório XV condena o comércio de escravos, mas não a escravidão. Para ele, a escravidão não era um mal, desde que o senhor de escravos fosse bom.<sup>1</sup>

Após 1850, pressionado pelos ingleses que já haviam abolido a escravidão em suas colônias e levavam prejuízo na concorrência com o Brasil, já que passaram a contar apenas com o trabalhador assalariado, o governo brasileiro cria a Lei Eusébio de Queiros, proibindo o comércio de escravos vindos do continente africano.

A partir dessa proibição, o comércio legalizado de negros africanos passa a ser restrito aos escravos que já estavam instalados em território brasileiro. Esse fato foi responsável por uma mudança de postura dos senhores escravistas, pois visou a menor oferta de escravos e o conseqüente aumento no valor dos mesmos. Nesse período, o trabalho escravo não se restringia apenas ao trabalho braçal nas lavouras. Modalidades conhecidas, por exemplo, como “Escravo de Ganho” e “escravo de aluguel” acabaram por inserir, mesmo que marginalmente, o negro no ciclo mercadológico das sociedades da época. O escravo passa, assim, a fazer parte de um sistema de negócios restrito anteriormente apenas aos brancos residentes em vilas ou cidades.

Em 1883, Arthur de Gobineau produziu um tratado denominado Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas: Raças Branca, Amarela e Negra. O que caracterizava o seu Ensaio era a divisão que fazia da raça branca. Esta, segundo Gobineau, tinha três sub-grupos: os arianos, que são os verdadeiros brancos e criadores de civilização; os albinos, de origem mongólica; e os mediterrâneos, de origem africana. Sustentava que, se o poder permanecesse nas mãos dos albinos e dos mediterrâneos, a humanidade voltaria à barbárie. Gobineau desejava provar com o seu Ensaio que a nobreza européia era ariana, descendente dos nórdicos. Ele via diferenças qualitativas entre os brancos, que justificavam o domínio da nobreza ariana sobre os demais brancos, que ele julgava pertencerem a setores inferiores. Portanto, racismo de classe, justifica a posição de privilégio de uns sobre outros.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-68. p. 47.

<sup>2</sup> SANT'ANA, 2005, p. 47.

No regime escravista, o negro vivia em condições precárias. Depois da abolição, essa realidade não foi totalmente modificada, pois a população foi marginalizada e entregue à própria sorte; isto é, não foi elaborada nenhuma proposta de inclusão do negro na sociedade. Atualmente, existe nos bairros dos grandes centros urbanos uma concentração da população negra. E é justamente nesse grupo que se evidencia o maior índice de desemprego, analfabetismo e baixo nível de escolaridade. Diante dessa realidade, podemos constatar que a situação da população negra no Brasil, em vista do descaso, agrava ainda mais o processo de marginalização dos negros.

### 1.1 Preconceito e discriminação racial

De acordo com Sant'Ana, “preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas”.<sup>3</sup> Para o autor, o preconceito também pode ser compreendido como uma “indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos”.<sup>4</sup> As pessoas não nascem com a ideia do racismo, nem tampouco o herdamos geneticamente. Esse conceito e esses modos de exercitar a discriminação são aprendidos primeiro em casa, com a família, que é responsável pela educação da criança, em seguida, no grupo religioso, na escola, no trabalho.<sup>5</sup>

Com base em modelo pré-estabelecido, as pessoas se sentem no direito de julgar os outros. “Ninguém é obrigado a gostar de alguém, mas é obrigado a respeitar os seus direitos”.<sup>6</sup> Segundo Beato,

Quando uma pessoa está tão convencida de que os membros de determinado grupo são violentos e atrasados (ou, ao contrário, decentes, brilhantes e criativos), a ponto de não conseguir vê-los como indivíduos, e se nega a tomar conhecimento de evidências que refutam essa sua convicção, então, estamos diante de uma pessoa preconceituosa.<sup>7</sup>

---

<sup>3</sup> SANT'ANA, 2005, p. 62.

<sup>4</sup> SANT'ANA, 2005, p. 62.

<sup>5</sup> LOPES, Véra Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 185-201. p. 188.

<sup>6</sup> SANT'ANA, 2005, p. 62.

<sup>7</sup> BEATO aput SANT'ANA, 2005, p. 62.

Para Paulo Freire, “não faz parte da natureza do ser humano a perversidade do racismo. Não somos racistas, tornamo-nos racistas assim como podemos deixar de estar sendo racistas”.<sup>8</sup> Sendo assim, o racismo é uma construção social. É nessa direção que os currículos escolares podem contribuir tanto para manter o racismo quanto para desconstruir a ideia racista, e, desse modo, combater a discriminação racial.

Aqui vale ressaltar que *discriminação*

É o nome que se dá para a *conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros*. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer deixar fazer algo) que resulta em violação dos direitos [sic].<sup>9</sup>

Segundo Jose Domingues Petrônio, a mestiçagem no Brasil representou e representa muito mais um “clareamento” da população do que um “enegrecimento” da mesma. A ideologia do branqueamento, tal como citada por Petrônio, está arraigada na sociedade brasileira como verdade moral absoluta há muito tempo. Esse fato gera um preconceito quase imperceptível ao indivíduo enquanto componente da sociedade em que vive.<sup>10</sup>

Nessa direção, é interessante atentarmos para a origem da palavra racismo, explicada por Sant’Ana da seguinte maneira:

Paulette Marquer, em seu livro *As Raças Humanas*, diz que a palavra raça vem do italiano *razza*, que significa família, ou grupo de pessoas. Por outro lado, continua Marquer, a palavra *razza* vem do árabe *ras*, que quer dizer origem ou descendência.

Racismo, preconceito e discriminações são temas de veiculação crescente em nossa imprensa. Com isso, aumentam-se os debates, incentivando a discussão destes temas dentro e fora da escola. Já foi o tempo em que a militância tinha que responder à seguinte pergunta: há racismo no Brasil? A hipocrisia nacional respondia com um sonoro NÃO. A militância negra e de outras etnias solidárias diziam SIM. Mas, não bastava dizer SIM, era necessário provar, mostrar evidências. Uma das áreas mais afetadas pela prática do racismo foi a do trabalho e graças ao esforço de alguns pesquisadores de nossas universidades, brancos e negros, levantamentos estatísticos foram feitos, comprovando o alto grau de racismo praticado na área econômica contra negro.

Quando é que o racismo pode ser interpretado como discriminação, preconceito, segregação, estereótipo?

“Ocorre que a definição e compreensão de cada um desses termos é essencial para que saibamos identificar e combater as variadas formas de manifestação de

<sup>8</sup> FREIRE, Paulo. *À Sombra desta Mangueira*. São Paulo: Olho D’Água, 2001. p. 68.

<sup>9</sup> SANT’ANA, 2005, p. 63.

<sup>10</sup> DOMINGUES, Petrônio José. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, p.563-599, 2002.

ideologias que defendem a idéia de hierarquia entre pessoas” (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 12).<sup>11</sup>

Sant’Ana também desdobra o conceito de discriminação racial, retomando, de início, o conceito tal como estabelecido pelas Nações Unidas. Segundo o documento acerca da Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, Convenção da ONU/1966, Discriminação racial

significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública.<sup>12</sup>

A questão da discriminação influencia diretamente na questão das relações de gênero. Para Sant’Ana, tanto mulheres quanto negros são igualmente vítimas de preconceito. “Há teorias raciais espalhadas pelo mundo, com seguidores no Brasil, que procuram justificar um tratamento discriminatório e desumano de exclusão e de marginalização reservados para povos e pessoas diferentes, que os preconceituosos julgam diferentes”.<sup>13</sup> Segundo o autor, “Muitas das atitudes discriminatórias que acontecem em sala aula são dirigidas às alunas, e quando a aluna é negra, torna-se mais grave este preconceito, esta discriminação”.<sup>14</sup> Nessa direção, sugere Sant’Ana, é importante recuperar o significado de gênero:

Gênero é um conceito que se refere ao conjunto de atributos negativos ou positivos que se aplicam diferencialmente a homens e mulheres, inclusive desde o momento do nascimento, e determinam as funções, papéis, ocupações e as relações que homens e mulheres desempenham na sociedade e entre eles mesmos. Esses papéis e relações não são determinados pela biologia, mas sim, pelo contexto social, cultural e político, religioso e econômico de cada organização humana, e são passados de uma geração a outra.<sup>15</sup>

Além disso, Sant’Ana retoma a definição do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, o qual reitera o gênero como sexo socialmente construído. De acordo com o documento do Conselho,

Contudo, a sociedade, através de seus poderosos mecanismos de socialização – linguagem, família (onde são introjetados os primeiros e fortes conteúdos culturais),

<sup>11</sup> SANT’ANA, 2005, p. 61.

<sup>12</sup> PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS apud SANT’ANA, 2005, p. 63.

<sup>13</sup> SANT’ANA, 2005, p. 63.

<sup>14</sup> SANT’ANA, 2005, p. 63-64.

<sup>15</sup> PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS apud SANT’ANA, 2005, p. 64.

escola, religião, meios de comunicação – e finalmente, o Estado, através de leis, vão formando homens e mulheres com comportamentos masculinos e femininos bem definidos. A ambos têm sido destinados papéis sociais rígidos. Aos homens, em geral, cabem as tarefas de prestígio, autoridade e criatividade: economistas, cientistas, políticos, médicos, etc. Às mulheres, tarefas pouco reconhecidas socialmente como donas-de-casa, mãe e esposa. Até bem pouco tempo, quando executavam tarefas fora do âmbito do lar, exerciam, em geral, atividades que são uma extensão de suas atividades domésticas: professora, enfermeira, secretária, etc.”.<sup>16</sup>

Segundo Bárbara Natália Lages Lobo, a discriminação pode ser compreendida como

qualquer atitude atentatória ao direito fundamental de igualdade; ao igual direito de oportunidades e chances; ao pluralismo característico do Estado Democrático de Direito; e à democracia [...] como a possibilidade de todos os indivíduos participarem de forma ativa e eficaz na construção da sociedade.<sup>17</sup>

Já Tânia Maria Baibich faz a seguinte definição: “o preconceito pode ser considerado primariamente injustificado, por envolver uma generalização incorreta, tratando indivíduos em termos de membros de seu grupo, ao invés de referir-se a eles como indivíduos únicos como realmente o são”.<sup>18</sup> Nessa direção, é possível entender que o racismo é um problema explícito na sociedade brasileira que representa opressão contra grupos étnico-raciais, grupos que traz suas características culturais, físicas e não correspondem ao modelo imposto pela elite dominante.

O racismo é resquício da escravidão, um processo pelo qual os negros foram obrigados a passar, a trabalhar para a construção do país e nunca foram valorizados e respeitados ou tratados com dignidade. Ainda hoje, os descendentes dos escravos africanos enfrentam as consequências da falta de valorização dos negros em todas as instâncias da sociedade brasileira. Vale lembrar que é muito comum em reunião de amigos a narração de piadas evidenciando o racismo, além, claro, de novelas de grande audiência que sempre acabam apresentando o negro em condições inferiores. Racismo, portanto, é uma construção

---

<sup>16</sup> CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA apud SANT’ANA, 2005, p. 64.

<sup>17</sup> LOBO, Bárbara Natália Lages. A Discriminação Racial no Brasil: verdades e mitos. In: V SEMINÁRIO SOCIEDADE INCLUSIVA, v. 5, 2008. *Anais do V Seminário Sociedade Inclusiva: Diversidade e Sustentabilidade: do Local ao Global*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2008. Disponível em: <[http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/Vseminario/Anais\\_V\\_Seminario/direitos/comu/A%20DISCRIMINACAO%20RACIAL%20NO%20BRASIL%20-%20VERDADES%20E%20MITOS.pdf](http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/Vseminario/Anais_V_Seminario/direitos/comu/A%20DISCRIMINACAO%20RACIAL%20NO%20BRASIL%20-%20VERDADES%20E%20MITOS.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

<sup>18</sup> BAIBICH, Tânia Maria. Os Flintstones e o preconceito na Escola. *Educar*, Curitiba, n. 19, p.111-129, 2002. Disponível em: <[ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/download/2085/1737](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/download/2085/1737)>. Acesso em: 20 fev. 2012.



social, e é nesse processo que os currículos podem contribuir tanto para a perpetuação do racismo quanto para revertê-lo.<sup>19</sup>

Na leitura de Algarve, o racismo traz sofrimento e graves consequências tanto a quem sofreu com ele quanto a quem usa desse artifício para sobressair e manter seus privilégios. Nessa direção, torna-se necessário buscar e promover meios para combatê-lo, visto que a Constituição brasileira garante a todos o direito à identidade como à cultura. O racismo acontece quando se atribuem a certos grupos aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais.<sup>20</sup>

Nessa direção, vale ressaltar que o preconceito nada mais é do que uma ideia que se formula antecipadamente sobre algo ou alguém, sem que, muitas vezes, esse algo ou alguém fosse ou chegasse a ser conhecido realmente pela pessoa. Trata-se de um julgamento prévio segundo características e informações pré-estabelecidas e incorporadas. Em outras palavras, “o preconceito é uma forma arbitrária de pensar e agir, quando exercido como forma de controle social para manter as diferenças entre pessoas e grupos”,<sup>21</sup> ou tal como indicado no Guia de Elaboração do Programa de Igualdade: “É uma atitude negativa que contém uma predisposição à ação e se expressa a partir de uma indisposição ou julgamento prévio que se faz de pessoas estigmatizadas por atributos a ela ou ao grupo a que pertence”.<sup>22</sup>

Portanto, é possível afirmar que o preconceito é uma atitude negativa quer seja em relação a uma pessoa, quer seja em relação a um grupo. Essa atitude é geralmente decorrente da utilização dos padrões utilizados na comparação, no processo de inferiorização e supervalorização das culturas. Lopes faz a seguinte definição:

Preconceito Racial é a ideia preconizada suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação a outra, sem razão objetiva ou refletida. Normalmente, o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória. Discriminação Racial é atitude ou ação de distinguir, separar as raças, tendo por base ideias preconceituosas.<sup>23</sup>

Quando acontece uma valorização de raça ou cultura e a desvalorização de outra, as pessoas se colocam em uma posição superior e racista, pois se está fazendo distinção entre

---

<sup>19</sup> ALGARVE, Valéria Aparecida. *Cultura Negra na sala de aula: pode um cantinho de Africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?*, 2004. 271p. Dissertação. (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. p. 22ss.

<sup>20</sup> ALGARVE, 2004, p. 24.

<sup>21</sup> ALGARVE, 2004, p. 24.

<sup>22</sup> GUIA DE ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE IGUALDADE apud ALGARVE, 2004, p. 24.

<sup>23</sup> LOPES apud ALGARVE, 2004, p. 27.

raça e grupo humano, com tratamento negativo ao diferente de si. Nessa direção, vale retomar a definição de racismo:

A teoria ou idéia de que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras...<sup>24</sup>

Ou ainda:

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização bio-genética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê<sup>25</sup>

Um dos exemplos clássicos do preconceito racial é aquele que foi propagado pelo nazismo. No início do século XIX achava-se ligado ao nacionalismo europeu, e seus adeptos procuravam valorizar suas culturas. Já desde o descobrimento marítimo dos séculos XVI e XVIII, os europeus mantinham contato permanente com povos de outras raças diferenciadas por características físicas, e muitos desses povos foram submetidos ao colonialismo. Alguns cientistas argumentam que o desenvolvimento intelectual é moldado pelo ambiente e não determinado pela hereditariedade, muitos teóricos associaram cultura com raça e proclamaram a superioridade dos brancos. E alguns pensadores limitaram essa pretensa superioridade aos povos nórdicos ou germânicos.

O nazismo serviu-se dessas ideias para declarar a “superioridade racial” dos alemães, tidos como Arianos. Depois da II Guerra Mundial, o horror provocado pelo extermínio em massa de judeus pelos nazistas e a difusão dos conhecimentos de Antropologia concorreram para desacreditar o racismo como doutrina intelectual convincente, embora o preconceito racial possa existir em muitas partes. Em todo o caso, o Brasil foi ao longo de toda sua história o país que mais importou africano por meio de tráfico negreiro para fortalecimento da mão de obra nas grandes fazendas de café.

---

<sup>24</sup> BEATO apud SANT’ANA, 2005, p. 60.

<sup>25</sup> SANTOS apud SANT’ANA, 2005, p. 61.

## 2 A DIVERSIDADE CULTURAL NO CURRÍCULO ESCOLAR E NOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO

Ao refletir sobre diversidade e currículo, Nilma Lino Gomes esclarece a partir das arguições de Tomaz Tadeu da Silva o quanto é necessário que o currículo e o conhecimento estejam vinculados à vida e à prática. E ao lidar com a vida e a prática, não há como ignorar a diversidade de saberes, experiências que perpassam e formam a própria vida.

As narrativas contidas no currículo, explícita ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre conhecimento, sobre formas de organização da sociedade, sobre os diferentes grupos sociais. Elas dizem qual conhecimento é legítimo e qual é ilegítimo, quais formas de conhecer são válidas e quais não o são, o que é certo e o que é errado, o que é moral e o que é imoral, o que é bom e o que é mau, o que é belo e o que é feio, quais vozes são autorizadas e quais não o são.<sup>26</sup>

Nas palavras de Gomes, “a produção do conhecimento, assim como sua seleção e legitimação, está transpassada pela diversidade”.<sup>27</sup> No entendimento da autora, a questão é mais complexa que a simples inclusão da diversidade como um assunto dos currículos. Não se trata apenas de acrescentar o tema, mas sim de se ter claro de que a diversidade transita nas diferentes esferas da vida e está presente no dia a dia (e no dia a dia escolar) e que ela participa da produção de conhecimento. Nas palavras de Silva,

As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação. Elas, além disso, representam os diferentes grupos sociais de forma diferente: enquanto as formas de vida e a cultura de alguns grupos são valorizadas e instituídas como cânone, as de outros são desvalorizadas e proscritas. Assim, as narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares de gênero, raça, classe – noções que acabam também nos fixando em posições muito particulares ao longo desses eixos (de autoridade).<sup>28</sup>

É necessário, pois, questionar as compreensões hegemônicas de produção de conhecimento que perpassam a vida escolar e refletir, valorizando certos grupos sociais e

---

<sup>26</sup> SILVA apud GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 24. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

<sup>27</sup> GOMES, 2007, p. 24.

<sup>28</sup> SILVA apud GOMES, 2007, p.24.

desvalorizando outros. Urge atentar para a rede complexa de relações, noções e culturais que constituem nosso universo cultural.

Na leitura de Joelson Alves Onofre,

O currículo, pensado em toda a sua dinâmica, não se limita aos conhecimentos relacionados às vivências do educando, mas introduz sempre conhecimentos novos que, de certa forma, contribuem para a formação humana dos sujeitos. Nessa perspectiva, um currículo para a formação humana é aquele orientado para a inclusão de todos no acesso aos bens culturais e ao conhecimento. Assim, teremos um currículo a serviço da diversidade. Como a diversidade é característica da espécie humana nos saberes, modos de vida, culturas, personalidades, meios de perceber o mundo, o currículo precisa priorizar essa universalidade. A instituição escolar não pode isentar-se do seu compromisso enquanto propiciadora de formas acolhedoras da diversidade.

Com o avanço de novos estudos culturais e sobre a diversidade, a escola precisa apoderar-se dessas discussões e levá-las para seu interior, debatendo, com os gestores, educadores, educandos, corpo técnico e administrativo, questões tão atuais que, às vezes, nos pegam desprevenidos. Ou seja, esses assuntos precisam estar na pauta de discussão de toda unidade escolar. Não dá mais para fingir que determinados conteúdos extracurriculares não precisam ser contemplados também no chamado “currículo tradicional”. Os saberes escolares transmitidos aos educandos em processo de escolarização nada mais são que uma ideologia pautada num currículo conservador e estagnado. Esse processo meramente instrucional, que perdura até os dias atuais, impossibilita que outros saberes sejam acrescidos ao currículo.<sup>29</sup>

Na perspectiva de Onofre, portanto, permanecem práticas curriculares que perpetuam o saber hegemônico herdado. Contata-se que é difícil romper com o saber do grupo dominante que possui estruturas para sua reprodução. Enquanto a flexibilidade curricular não for executada pelas escolas, outros saberes, os saberes invisibilizados pela história, os saberes dos aprendentes não consegue fazer parte do processo de ensino-aprendizagem.

Também como alerta Onofre, o currículo não se restringe a sistematizar informações, o que acarretaria uma postura vertical de repassar e reproduzir conteúdos. Contra isso, Paulo Freire já denunciava que a educação na pode ser bancária, pois se considera o educando como receptor, um objeto que apenas adquire conteúdos. A questão é romper com essas práticas e posturas educacionais que viabilizem o educando como sujeito do processo de ensino-aprendizagem. Ao mesmo tempo, a presença do educador é potencializada, visto que este não possui um saber pronto a ser repassado, mas - de fato - se dispõe participativamente à construção dos conhecimentos em conjunto, em diálogo, nas interações. A realidade, o contexto no qual se vive, a possibilidade de despertar a curiosidade, as dificuldades

---

<sup>29</sup> ONOFRE, Joelson Alves. Repensando a questão curricular: caminho para uma educação anti-racista. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p.103-122, jan./jun. 2008. p. 104.

circundantes e as próprias pessoas envolvidas, compõem a construção do conhecimento que – só então – viabilizariam saberes críticos e criativos.

Nessa direção, um dos temas prioritários na constituição do currículo é a questão da inclusão da História da África e da Cultura Afro-Brasileira (a implementação da Lei n. 10.639/03). Na perspectiva de Onofre,

Acreditamos que o combate ao racismo e ao preconceito racial passa pela educação como forma de enfrentar o problema de frente. Informação e conscientização se tornam elementos decisivos na luta contra todo tipo de preconceito presente no ambiente escolar. Por isso, repensar o currículo como caminho para a promoção de uma educação anti-racista pressupõe estratégias de elaboração de currículos que contemplem a história do povo negro, bem como metodologias de ensino e conteúdos voltados para tal fim. Assim, a escola, como aparelho ideológico, também é responsável pela eliminação de qualquer tipo de preconceito, principalmente o racial. Essa missão não se restringe à instituição escola, mas a todos os que estão envolvidos no processo educativo.<sup>30</sup>

Assim, o presente capítulo abordará a questão da diversidade cultural, na perspectiva do currículo escolar, motivada pela inclusão do tema da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, traçando um breve panorama do que a lei determina e problematizando a questão do preconceito na sala de aula.

## 2.1 A Lei n. 10.639/03

A Lei nº 10.639/03 foi promulgada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no dia 09 de janeiro de 2003 e ela alterou a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, (Lei nº 9.394/96) ao incluir a obrigatoriedade do estudo e do ensino da temática sobre a História e Cultura Afro-brasileira.<sup>31</sup> Essa lei estipulou que todos os componentes curriculares, mas, em especial, a Literatura, a Educação Artística e a História,

devem abordar o estudo da História da África e dos africanos, a cultura negra brasileira, a importância dos negros na formação da sociedade brasileira, a luta do povo negro no Brasil e o papel fundamental que os negros desempenham e desempenham nas áreas econômica, social e política.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> ONOFRE, 2008, p.108-109.

<sup>31</sup> BRASIL. *Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

<sup>32</sup> ONOFRE, 2008, p. 112.

Segundo Onofre,

A Lei nº 10.639/03 é regulamentada pelo Parecer homologado em 19 de maio de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As Diretrizes se constituem em orientações de como a Lei deve ser implementada. Ela faz parte de um conjunto de ações afirmativas que devem ser assumidas pelo Governo Federal e por toda a sociedade, representada nas diversas instâncias, assumindo uma agenda de compromisso no combate ao racismo e no reconhecimento do povo negro como constituinte da nação brasileira. As conquistas oriundas da Lei nº 10.639/03, fruto das reivindicações do Movimento Negro Unificado (MNU) de todo o país, contém incentivos e aprendizados para as novas gerações que devem perceber que se a lei, não colocada em prática com o apoio das Secretarias de Educação de cada Estado e Município, tornar-se-á letra morta.<sup>33</sup>

Nas palavras de André Magri Ribeiro de Melo,

A escola é o lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, de valores, de afetos, enfim, é onde o ser humano, sem deixar de ser o que é, se molda de acordo com sua sociedade. O Brasil, formado a partir das heranças culturais européias, indígenas e africanas, não contempla, de maneira equilibrada, essas três contribuições no sistema educacional. A pedagogia e os livros didáticos apresentam uma visão eurocêntrica, perpetuando estereótipos e preconceitos.<sup>34</sup>

Em 2008, a Lei nº 10.639/03 foi substituída pela Lei 11.645/08. Esta amplia o tema da diversidade ao incluir ainda o ensino de História e Cultura indígena ao lado da História e Cultura Afro-Brasileira. Dessa forma, as matrizes curriculares da Educação Básica e do ensino superior promovem e valorizam a diversidade, comprometendo-se com as origens que forjaram o povo brasileiro. Ao incorporar o tema da diversidade cultural, da história e da cultura afro-brasileira e indígena, os novos conceitos e as práticas educativas voltadas ao tema vão de encontro ao racismo que ainda subjaz na sociedade brasileira. Nas palavras de Onofre, “Esse aparato legal aponta para a necessidade de discutir e reconhecer a história do povo negro, o papel imprescindível que ela desempenha e valores civilizatórios que os negros trazem na cultura, na dança, na literatura, na poesia na música, na culinária e na política”.<sup>35</sup>

O relatório anual das desigualdades sociais 2009-2010, recentemente publicado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), informa a crueldade da desigualdade étnico-racial. Os dados informam que, em 2008, 08 em cada 10 estudantes negros ou pardos com

---

<sup>33</sup> ONOFRE, 2008, p. 113.

<sup>34</sup> MELO, André Magri Ribeiro de. Aplicação da Lei 11.645/08 e as matrizes curriculares de literatura e cultura afro-brasileira na educação tecnológica. *Webartigos*, 28 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/aplicacao-da-lei-11-645-08-e-as-matrizes-curriculares-de-literatura-e-cultura-afro-brasileira-na-educacao-tecnologica/45865/>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

<sup>35</sup> ONOFRE, 2008, p. 113.

idades entre 15 a 17 anos estavam com defasagem série-idade ou tinham abandonado a escola. Mesmo assim ainda há quem diga que isto não revela racismo e preconceito. Entretanto, revelam sim, pois o preconceito se faz por atitudes discriminatórias e o racismo se traduz em condições sociais, econômicas, culturais. Nessa direção, a escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os educadores não devem silenciar diante do preconceito e da discriminação racial nos espaços escolares. Acima de tudo, eles devem construir práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da escola. Para tanto, o educador precisa buscar os conhecimentos sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre negros e denunciar o racismo e a discriminação racial, buscando programar ações afirmativas voltadas para o povo negro. É preciso romper e superar o mito da democracia racial.

O exercício desta prática pedagógica só é possível quando o professor na sala de aula se confronta com uma diversidade de situações-problema ou é suscitado pelo interesse pela investigação e pelo desejo de mudanças com relação ao seu fazer pedagógico diante do racismo. Isto só é possível discutindo o processo de construção da identidade do seu aluno, de sua autonomia na construção de sua história e da aceitação do professor e do currículo de seu aluno, tal como indica Francisca Maria do Nascimento Sousa em seu texto no documento *Educação Anti-Racista*, do Ministério da Educação:

Discutindo o processo de construção da identidade da criança a partir da idéia de interiorização de atitudes e papéis, Berger e Luckman referem-se à linguagem como instrumento básico para a efetivação desse processo. Isso, por constituir a linguagem “o mais importante conteúdo e o mais importante instrumento da socialização” sendo, pois, através das linguagens (considerando-as aqui nas suas várias modalidades e não apenas a oral) que são transmitidos às novas gerações todos os conhecimentos sociais acumulados. [...]

Considerando que os instrumentos legitimadores utilizados pela escola, pela família e outras instituições sociais importantes, como a mídia, tendem a desqualificar os atributos do segmento étnico-racial negro, é que compreendemos que os alunos constituintes desse grupo desenvolvem, muitas vezes, uma autoestima acentuadamente baixa, por não encontrarem, nesse contexto, referenciais negros socialmente valorizados.<sup>36</sup>

Por conta de ideias discriminatórias, o aluno vitimado pelo preconceito racial passa a receber tratamento diferenciado. Este o coloca em condições de sobrevivência e posição

---

<sup>36</sup> SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 105-120. p. 114. Disponível em: <portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/anti\_racista.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2011.

social inferior aos demais, e caracterizando aí a discriminação. E a discriminação é, pois, a efetivação do preconceito.

## 2.2 Discriminação racial nas escolas

Sem dúvida, é necessário estabelecer um debate concreto envolvendo um conjunto de atores ligados ou não ao tema da discriminação racial nas escolas, sejam profissionais, gestores, sociedade civil, ONG'S, de modo qualificado, na busca de alternativas viáveis e não paliativos tópicos para apenas, aplacar os clamores populares. As diversas modalidades de violência contra negros em determinados bairros, escolas e empregos se manifestam sob a forma de isolamento dos negros. Essas práticas também se manifestam nos livros didáticos tanto com a presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil, sem contar também com a influência da mídia como as propagandas, publicidades, novelas, que insistem em retratar os negros e outros grupos étnicos-raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada.

Nessa direção, Eliane Cavalleiro afirma:

A despeito e simultaneamente a isso, o sistema educacional brasileiro, da mesma forma que as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta, em muitos momentos, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial às consideradas diferentes – com destaque para os pertencentes à população negra.<sup>37</sup>

Ainda sobre essa questão da exclusão, Cavalleiro nos diz:

Por conseguinte, não é de estranhar que os índices de escolaridade desagregados por raça evidenciem a participação desigual da população negra no sistema educacional brasileiro. A dificuldade de progressão apresentada por esse segmento não responde apenas por desvantagens originadas da pobreza. Os dados apresentados pelo IBGE (1994; 1997; e outros mais recentes) indicam que crianças negras deixam a escola mais cedo que crianças brancas pertencentes à mesma condição social, o que dialoga mais uma vez com a baixa qualidade das oportunidades educacionais oferecidas às crianças e adolescentes negros.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65-105. p. 68. Disponível em: <portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/anti\_racista.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2011.

<sup>38</sup> CAVALLEIRO, 2005, p. 69.



Outros fatores que também interferem são: o currículo, o material didático e as relações interpessoais, que, na maioria das vezes, são hostis e limitadoras de aprendizagem para os alunos negros. Além disso, há outro item que pesa muito na discriminação racial nas escolas: trata-se do preconceito incutido na cabeça dos educadores, muitas vezes não por que são assim, mas provenientes de longa data, da educação e da formação que receberam dos antepassados. Existe ainda uma grande dificuldade do professor de lidar com a diversidade, colaborando para que os alunos negros se sintam excluídos e acabem desestimulados prejudicando assim seu aprendizado.

Nesse caminhar de dificuldades de aceitação pela inclusão do negro no espaço social, a escola tem, muitas vezes, uma visão de que, no seu espaço, não existe o preconceito. Nesses casos, torna-se difícil perceber e qualificar o conflito racial no cotidiano escolar, o que também aumenta os problemas para se estabelecerem as atividades e os procedimentos adequados para se trabalhar com a temática da diversidade racial e o combate ao racismo. Assim, o racismo e as práticas balizadoras do sistema de ensino, como a estruturação do currículo escolar e a seleção de material didático, não consideram importante a inserção do debate racial.

Além de urgente, o reconhecimento dessa demanda é necessário. Faz-se pertinente o ajuste do foco dos trabalhos e das relações nas escolas, de modo a possibilitar a transformação de aspectos negativos do cotidiano escolar, como o alto índice de violência, o abandono escolar, o nível de desenvolvimento insatisfatório e, por extensão, as estruturas sociais violentas e racistas. A questão da discriminação racial nas escolas é uma ação que pode violar os direitos de diversas formas: desde a intolerância e ao ódio à violência simbólica que se manifesta pela rejeição que provém de uma ação depreciativa, amputada a sua identidade, por não condizer com os padrões estabelecidos pela sociedade. Partindo da compreensão da instituição escolar como um espaço plural na sua constituição étnico-racial e política, é imprescindível exercer um papel informativo e formativo, desmascarando a discriminação de conceitos e pré-conceitos que subjugam e/ou supervalorizam determinados grupos sociais.

Como na cultura racista brasileira já é comum relacionar pessoas negras a coisas negativas, tais definições tendem a consolidar a discriminação de alunos negros nas escolas brasileiras. Não podemos desconsiderar que esta polaridade relacional do branco com o bem e do negro com o mal reforce as representações sociais pejorativas e estigmatizantes no que tange aos conceitos e às concepções relativos aos negros na fala dos educadores.

No sentido de acabar com o preconceito nas escolas é que pesquisadores da questão racial têm trabalhado na destituição do termo negro dessas acepções pejorativas e preconceituosas. Entendem essa ação como essencial para o resgate da história, da autoestima e da cidadania do povo negro brasileiro. Nessa direção, é fundamental a intensificação do trabalho de formação e sensibilização junto aos educadores com vistas a instrumentalizá-los melhor para enfrentarem e desestimularem as situações de discriminações raciais dentro do espaço escolar.

Se pensarmos na escola ou observá-la com olhos “menos críticos” vamos ter a sensação de que é um espaço totalmente inofensivo e sadio, pois a escola e seus educadores não elencam o preconceito e a discriminação como um dos principais problemas enfrentados pela escola que dificultam o desenvolvimento do trabalho educativo e o bom desempenho dos alunos. Na maioria das vezes, a escola relata como razão da dificuldade de aprendizagem a falta de participação da família, a falta de interesse do aluno, etc.

Na leitura de Sousa, entretanto,

Faz-se necessário, explicitar, todavia, que esta realidade ainda desfavorável aos negros e negras, não se impõe absoluta, afinal, não podemos compreender o espaço escolar como mero reprodutor de idéias hegemônicas. A escola é, hoje, acima de tudo um espaço de confrontos e debate de idéias. Como diz Dayrell, “...espaço sociocultural, ordenado em dupla dimensão...onde os sujeitos não são apenas agentes passivos... ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção, de conflitos e negociação”, em que a cada instante se dá “a reprodução do velho e a possibilidade de construção do novo”<sup>39</sup>

Segundo Sousa, a discriminação racial nas escolas não vem de hoje. Tomemos como exemplo os livros de Monteiro Lobato: são valorizados pelos educadores e, sem dúvida, por mérito. Entretanto, não se pode deixar de observar nesses textos uma intensa carga racista e discriminatória explícita e direta. É certo que foram escritos há mais de meio século, época em que o debate e a consciência anti-racista não haviam conquistado a amplitude que há atualmente. Nessa direção, tais textos devem ser trabalhados de forma crítica e não apenas reproduzidos.

Sousa ainda lembra outro fator comum nos livros de literatura: as histórias quando se referem à pobreza, à violência e a outras mazelas sociais, é muito comum os negros aparecerem como personagens, nas ilustrações e no conteúdo dos textos, não raro como protagonistas. O mesmo parâmetro vale também para os programas de televisão, para os

---

<sup>39</sup> SOUSA, 2005, p. 108

jornais e as revistas. Nos contos de fadas com príncipes, princesas e heróis, a presença do negro é quase inexistente. Nestes predominam os personagens brancos, loiros, etc. Isto não pode passar despercebido dos educadores, pois estes devem retrabalhar tais representações em sala de aula e representá-las dentro de um referencial que contemple a diversidade humana e o respeito à pluralidade étnico-racial.

Dizer e silenciar andam juntos... Há pois uma declinação política de significados que resulta no silenciamento como forma *não de calar mas de fazer dizer* “uma” coisa, para não deixar de dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é a sua dimensão política.<sup>40</sup>

O fato de, muitas vezes, o racismo no espaço escolar não ser explícito verbalmente, não o torna menos presente e agressivo no dia a dia dos alunos. O racismo se manifesta na cultura brasileira que privilegia os brancos, os loiros, reconhecendo este biótipo como aquele que representa a beleza estética e intelectual da raça humana. Acha-se, inclusive, normal que esse biótipo detenha o poder político, econômico, cultural e religioso, e, dificilmente, se tem claro que tal posição social se deve a uma organização histórica capitalista, discriminatória excludente da sociedade brasileira.

Sousa lembra ainda que é preciso analisar as práticas pedagógicas que produzem a discriminação racial contra alunos negros, nas relações interpessoais nas escolas. É necessária uma reflexão da linguagem dos professores que involuntariamente apresenta-se recheada de preconceitos e estereótipos quando usam estas falas: “negro e branco, tudo é igual, tudo morre”, ou “a cadeia que vai negro, vai branco”; “coisa errada que negro faz, branco faz pior”; são falas que sugerem como coisa de negro os desvios de conduta do sujeito branco e associam diretamente negro, pobreza, morte, cadeia, coisa errada, ou quando diz que branco faz pior, insinua serem essas qualidades negativas típicas de negros. É necessário reconhecer que muito já se foi feito para amenizar e acabar com a discriminação racial nas escolas, como cursos de extensão, seminários, debates, dentro dos espaços escolares. Entretanto, há ainda muito a ser que ser feito.

Há de se ressaltar ainda que não temos, no Brasil, um racismo declarado, mas um racismo velado, calado, camuflado, que fere muito mais. Diante das pressões antirracistas e legítimas dos movimentos sociais negros, políticos de diversas tendências ideológicas, em várias partes do país, reconheceram a necessidade de reformular as normas que regulam o sistema de ensino. Isto tudo não basta, é preciso mais.

---

<sup>40</sup> ORLANDI apud SOUSA, 2005, p. 110.

A educação é uma ação presente em todas as instancias da sociedade, ocorre nas relações pessoais quando se tem a intenção de ensinar e aprender. Nas palavras de Brandão, “A educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força”.<sup>41</sup>

A construção do caráter que identifica o ser humano é um processo que se inicia desde o nascimento da criança e se estende ao longo da vida, e existem diversas definições. Segundo Pesavento “enquanto representação social [...] é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento”.<sup>42</sup> E segundo Sodré, “à identidade de alguém, de ‘si mesmo’, é sempre dada pelo reconhecimento de um ‘outro’, ou seja, a representação que o classifica socialmente”.<sup>43</sup> A educação tem papel fundamental no processo de construção de ideias e de nossa identidade. Toda essa construção é fruto da educação que recebemos ao longo de nossa vida.

Desde cedo as crianças negras recebem uma educação que só valoriza a cultura do branco. É inculcada nelas a ideia negativa da população negra, que, de certa forma, acaba naturalizando a rejeição delas pelo seu povo e tudo que o pertença. É nesse processo educacional que percebemos a importância de uma educação antirracista, que valorize a história e cultura afro-brasileira, que venha contribuir na construção de uma identidade “positiva”.

### **2.3 Negação das culturas e silenciamento no currículo**

A escola se apoia no mito da democracia racial, que defende a ideia de que não existe racismo no Brasil. Sendo assim, brancos e negros teriam as mesmas possibilidades de ascensão econômica e social. Porém, diante dessa afirmação não se abre uma discussão sobre o preconceito racial e se renega a história e cultura afro-brasileira e africana. Muitos pesquisadores demonstram, em suas pesquisas, o quanto o racismo ainda está presente nas instituições de ensino, nas práticas pedagógicas, nos livros didáticos, nas relações alunos/alunos e professores/alunos.

---

<sup>41</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 10.

<sup>42</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. *História & História Cultural*. 2 ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 89

<sup>43</sup> SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 34.

Para Cavalleiro, “A escola e seus agentes, os professores da educação em geral, tem demonstrado omissão quanto ao dever de repetir a diversidade racial e reconhecer com dignidade as crianças e a juventude negra”.<sup>44</sup> Essas práticas tem responsabilidade na evasão e também no fracasso escolar de muitos alunos negros. E ainda tem levado esse grupo um processo de negação de identidade.

O livro didático é, muitas vezes, a única ferramenta pedagógica utilizada pelos professores e comumente traz a imagem do negro estereotipada. Isso porque quase sempre só faz referencia ao negro remetendo-se ao tempo da escravidão, negando a história e a cultura. E, muitas vezes, esse livro é a única possibilidade de leitura dos estudantes, que acabam internalizando a ideia negativa representada pelo livro didático. Desse modo, acabam envergonhando-se de seu pertencimento racial. Portanto, refletir sobre a negação das culturas minoritárias e seu silenciamento no currículo constitui-se uma maneira de contribuir para a concretização de uma educação antirracista. Analisando sob esse prisma, outros olhares serão lançados sobre o currículo, auxiliando no entendimento das complexas questões que brotam do seu interior e da sua formulação.

Numerosas são as formas através das quais o racismo aflora no sistema educacional de forma consciente ou oculta. Uma política educacional que pretenda recuperar as culturas negadas não pode se restringir à sua discussão uma vez ao ano, reduzindo-se a unidades e lições isoladas, a exemplo das datas comemorativas. Essas são importantes e precisam ser lembradas, mas tais temáticas necessitam percorrer todo o ano letivo. As culturas silenciadas devem estar presentes nas atividades escolares, nos recursos didáticos, nos planejamentos, nas reuniões dos docentes, enfim em todo coletivo escolar.

Por fim, a fonte psicopedagógica auxilia-nos na compreensão do currículo como um dos pressupostos para repensar a prática pedagógica. Nessa concepção a aprendizagem se dá de forma dialética entre o biológico e o cultural. A aprendizagem será imensamente enriquecida quando se estabelece uma convivência com os diferentes saberes. Em relação a essa fonte, podemos afirmar que ela fornece importantes aportes teóricos que embasarão o fazer pedagógico dos/as educadores/as no que diz respeito à avaliação e à aprendizagem dos educandos.

---

<sup>44</sup> CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 7-12. p. 12. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/anti\\_racista.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/anti_racista.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011.

Para (re)pensar a questão curricular urge uma posição política e ética frente aos desafios apontados por uma sociedade consumista e capitalista, onde o saber cultural parece restringir-se a uma pequena parcela de detentores do saber. Refletir sobre o currículo como caminho para uma educação antirracista é acreditar que a educação é um dos importantes meios de combate ao racismo e ao preconceito, ajudando na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Nas palavras de Diana Viturino Santos,

Construir uma identidade negra “consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer, cabeça erguida: sou negro”. Nesse processo de formação identitária o papel da escola, como responsável pela educação formal é fundamental, porém como foi destacado ao longo do texto, as instituições de ensino, conscientemente ou não, reforçam uma idéia negativa sobre o negro, o que faz com que crianças e adolescentes desprezem e envergonhem-se de sua origem.<sup>45</sup>

## 2.4 Cultura escolar e racismo

Segundo Cristiane Marcela Pepe e Moisés de Melo Santana,

O processo de construção da identidade nacional, mesmo sendo influenciado pelas teorias racistas européias, produziu uma maneira de apreender a sociedade brasileira, miscigenada e com grande quantidade de negros, percebida como degenerada e inviável do ponto de vista civilizatório por tais teorias, original. Desenvolve-se [...] uma adaptação inusitada dessas teorias à realidade brasileira, elaborando-se um projeto de nação que via no **ideal de branqueamento** biológico e cultural a perspectiva futura para o país.<sup>46</sup>

No Brasil, as reflexões sociológicas dos séculos XIX e XX construíram discursos embasados em distinções raciais, mas, principalmente com a teoria da miscigenação, contribuíram para uma visão de uma identidade nacional democrática. As misturas étnico-raciais, para pensadores brasileiros, teriam contribuído para a formação de um povo amistoso, sem conflitos.

---

<sup>45</sup> SANTOS, Diana Viturino. Educação Anti-Racista: caminho para a formação identitária de estudantes negros. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS CULTURAIS, IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS, 2009. *Anais...*, São Cristóvão: Universidade Federal do Sergipe, 2009. p. 6. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/educacao-anti-racista-caminho-para-a-formacao-identitaria-de-estudantes-negros-diana-viturino-santos>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

<sup>46</sup> PEPE, Cristiane Marcela; SANTANA, Moisés de Melo. Cultura escolar e racismo: como essa relação marca as trajetórias de vida de estudantes negros em Alagoas. In: V Colóquio Internacional Paulo Freire, Recife, 19 a 22 de setembro de 2005. *Anais...* Recife, 2005. p. 3. Disponível em: <[http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes\\_orais/CULTURA%20ESCOLAR%20E%20RACISMO%20-%20COMO%20ESSA%20RELA%20C3%87%20C3%83O%20MARCA%20AS%20TRAJET%20C3%93RIAS%20DE%20VIDA%20DE%20ESTUDANTES%20NEGROS%20EM%20ALAGOAS.pdf](http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/CULTURA%20ESCOLAR%20E%20RACISMO%20-%20COMO%20ESSA%20RELA%20C3%87%20C3%83O%20MARCA%20AS%20TRAJET%20C3%93RIAS%20DE%20VIDA%20DE%20ESTUDANTES%20NEGROS%20EM%20ALAGOAS.pdf)>. Acesso em: 20 de fev. de 2012. Grifos no original.

Até a atualidade, perdura tal argumentação, invisibilizando a história colonial de exploração e a as contínuas desigualdades.

É fundamental perceber os discursos construídos ao longo dos anos, os projetos de identidade nacional que se solidificaram, evidenciando assim como as instituições se constituíram, analisando especialmente, como a educação foi se estruturando e reproduzindo discursos e ações dominantes. Na interpretação de Pepe e Santana, “para Munanga, a discussão no início do século XX transfere o eixo de análise da raça para a cultura, o mestiço e a mestiçagem assumem um lugar ímpar, ou seja, definidores da identidade e originalidade nacional”.<sup>47</sup> Contudo, apesar de haver a descrição de três raças, permanece a valorização do branco, como que torna possível o melhoramento dos demais, isso é, nas palavras de Pepe e Santana, uma **integração subordinada**.

Essa situação também se reflete em outros âmbitos. Segundo Pepe e Santana, baseando-se em Banton, “até o final da década de 1960, os dicionários conceituavam racismo como doutrina, dogma ou ideologia, sendo que a essência dessa doutrina era que a raça determinava a cultura, e que havia certa hierarquização entre as raças”.<sup>48</sup> Em outras palavras,

o termo racismo também foi utilizado para nomear o processo histórico gerado com a escravização, a partir da expansão do capitalismo aqui nas Américas. Nesta expansão, criou-se então todo um complexo para facilitar a exploração dos povos africanos na engrenagem criminosa do escravismo colonial. Este complexo foi nomeado por diversas obras acadêmicas de racismo. Embora, não haja razão para a palavra racismo não ser empregada em diferentes sentidos, nos últimos tempos ela foi usada de tantas maneiras que pode até perder seu valor como conceito. Por isso, muitos tentaram por limites e conceituam racismo como uma ideologia interligada ao desenvolvimento das teorias raciais do século XIX (onde as características biológicas determinavam as características culturais e psicológicas) que na época reivindicava ter caráter científico. Portanto, neste sentido, racismo como conceito “[...] distinguiria as reivindicações e argumentos que asseveram explicitamente que as características biológicas das pessoas são sinais de suas características psicológicas e culturais”. Como diversos aspectos das teorias raciais que embasam o racismo não encontram mais fundamentação científica, tais reivindicações foram deixando de ser usadas; por isso, a palavra racismo, conforme esses teóricos também vem caindo em desuso.<sup>49</sup>

Há ainda outras concepções de racismo como o tratamento diferenciado de certos grupos sobre outros, assumindo uma postura determinista, sedimentada por uma elite hegemônica. Na leitura de Pepe e Santana, “para Pereira, o conceito de racismo deveria hodiernamente ser compreendido como uma manifestação do etnocentrismo. Ele se manifesta na medida em que alguns grupos formulam ideologias e políticas que justificam tratamentos

---

<sup>47</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 4.

<sup>48</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 4.

<sup>49</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 4.

diferenciados”.<sup>50</sup> No Brasil, o racismo é frequentemente minimizado, relegado às margens, sob a égide de uma “democracia racial”. Na abordagem de Pepe e Santana,

Para Munanga, a classificação racial brasileira é cromática, ou seja, fundamentada no fenótipo do sujeito. Esse tipo de classificação permite uma mobilidade complexa entre os denominados mestiços. Mas essa mobilidade transita no sentido do pólo valorativo positivo, do ideal de branqueamento, da incorporação subordinada da matriz cultural afro-brasileira. Segundo Munanga, a ideologia assimilativa brasileira não impede a manifestação do racismo. Se tomarmos o conceito de racismo que expusemos acima, veremos que o racismo em nossa sociedade é tão presente como nas demais. Acontece apenas que a própria formação histórica do nosso povo permitiu a consolidação de um racismo diferente, difuso, mascarado. Pois, manifesta-se nas brincadeiras, por vezes nos olhares e com menor intensidade no trato das pessoas.

Segundo Pepe e Santana, as manifestações de discriminação racial apresentam três formas básicas: 1) brincadeiras; 2) tratamentos; 3) olhares. As brincadeiras possuem aqui um sentido diferente daquele empregado comumente, aproximando-se aqui do significado de deboches, piadas, caricaturas e apelidos. Essas brincadeiras são realizadas por pessoas mais próximas. Além disso, podem promover uma interpretação ambígua. Nas palavras de Pepe e Santana, “Por essa razão, a discriminação em nosso contexto pode ser declarada inteligente, visto que, não perde a capacidade de ferir e rebaixar, mas consegue se camuflar numa aparente e inocente brincadeira. Ora, as brincadeiras são ambivalentes e polissêmicas”.<sup>51</sup> Os tratamentos, por sua vez, “Os tratamentos diferenciados aparecem nas narrativas como expressão de discriminação. Na verdade, esse processo discriminatório só vem confirmar toda a ideologia racista existente no imaginário social [...] do brasileiro”.<sup>52</sup> Por fim, os olhares:

O olhar, forma indireta, subjetiva de discriminar, marca, inscreve um sentimento de rejeição, negação. Essa atitude é percebida quase que exclusivamente pelos sujeitos que são objeto dos olhares. Sem dúvida os sujeitos vitimados pelos olhares discriminantes inscreverão nos seus corpos tais olhares: *Na verdade parece que os olhares estão gritando: sai daqui*. A interiorização pode construir e reafirmar a definição de lugares subordinados de pertencimento, criando fronteiras invisíveis entre os espaços sociais, definindo formas de acesso, posturas.<sup>53</sup>

De acordo com Pérez Gomes:

As instituições sociais brasileiras são o produto de um conjunto de circunstâncias históricas produzidas de maneira complexa. As teias sociais que permeiam os processos produtivos no interior dos espaços escolares determinando aquilo que estamos denominando de **cultura escolar** só poder ser captado em profundidade se

---

<sup>50</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 6.

<sup>51</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 6.

<sup>52</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 6.

<sup>53</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 6.



considerarmos que esta realidade pode ser apreendida, pois, embora em princípio seja uma realidade plástica e contingente, foi configurada ao longo do tempo pelo influxo de fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos e de gênero, cristalizando em estruturas que, embora provisórias, contingentes e mutáveis, podem se considerar reais, ao condicionar a vida dos grupos humanos...<sup>54</sup>.

No processo de ensino-aprendizagem, as violências sob a justificativa do racismo deixam suas marcas nos corpos, na construção da identidade de negros e negras. As inscrições corporais do racismo evidenciam-se em cicatrizes de insegurança, de desprezo, de baixa auto-estima.

O silêncio em torno do racismo nos espaços escolares, narrado por uma das entrevistadas, configura a forma como esses espaços reproduzem a discriminação racial. Entretanto, a luta anti-racista nas suas múltiplas dimensões desenvolvida pelos movimentos sociais negros, por pesquisadores (as) negros (as) e brancos (as) e educadores (as) tem contribuído para o rompimento com a produção do silêncio, instaurando novos modos de lidar com as discriminações raciais. Segundo Gomes, a expectativa de todos aqueles que se posicionam contra o racismo é o de construir uma sociedade realmente democrática que respeite e valorize a diversidade. Os sistemas de ensino, a partir da lei 10639/03 e das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais* do CNE/CP 3/2004 têm a oportunidade de tratar de forma fecunda os mecanismos institucionais e pedagógicos que cotidianamente reproduzem o racismo nos espaços escolares.<sup>55</sup>

O processo será longo para que sejam efetivadas ações que promovam o respeito à diversidade. Todavia, as ações não podem ser estanques ou unilaterais, é preciso ações multidimensionais, com planejamentos pedagógicos. O enfrentamento da violência, do preconceito ou de qualquer tipo de exclusão deve compor o projeto político das instituições, sendo este dialógico e aberto às diversidades culturais, sociais, religiosas e étnicas. A abertura não é algo simples, pois também exige posturas críticas com a própria construção do conhecimento, com as memórias, com as identidades. Conforme Pepe e Santana, “[...] é necessário construir uma abordagem transcultural-dialógico-crítica na educação”.<sup>56</sup> O desafio é de fato tornar o outro como sujeito do processo de ensino-aprendizagem e, ao mesmo tempo, numa flexibilização dos lugares culturais. Trata-se de uma permanente abertura dialógica que não elimina as diferenças, mas também não permite a solidificação de discursos, memórias, experiências dominantes. O diálogo, então, é uma permanente ação de descobertas das diferenças, de descoberta do outro, que também incide em descobrir-se, uma descoberta do eu. Nas palavras de Pepe e Santana, “essa abordagem exige o desenvolvimento de uma atitude policêntrica”.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> PÉREZ GÓMEZ, A. I. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: ARTMED, 2001. p.64.

<sup>55</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 8.

<sup>56</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 8.

<sup>57</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 7.

A ação pedagógica deflagra-se como um perceber-se como incompleto, em permanente aprendizagem, em permanente descobertas. Nesse sentido, a identidade cultural não é algo pronto, mas também algo incompleto que pode ser posto em diálogo. E no diálogo, cada lugar cultural é relativizado e potencializado, havendo a possibilidade de encontros. Nesses encontros, o lugar da ação pedagógica pode romper barreiras e proporcionar espaços de descobertas, de diálogos inter e intracultural. “Os currículos serão necessariamente ressignificados, pois corporificam relações de força que ajudam a produzir identidades sociais, prolongando várias das relações de poder existentes na sociedade”.<sup>58</sup>

As ações pedagógicas permitem encontros nos quais seja possível conhecimento das diferenças, supera-se preconceitos, superam-se desconhecimentos e revelam-se várias nações dentro de uma nação, revela-se a pluralidade das pessoas, das vidas, das experiências, das memórias, das identidades. Como processo transcultural, as ações pedagógicas propiciam interações, ou seja, como afirma Pepe e Santana, “o transculturalismo crítico impõe uma aproximação em diferentes planos, um **diálogo transversal**, fecundo, produtivo entre os brasis”.<sup>59</sup> Essas interações não são apenas um processo de descobertas, mas de possibilidades de tornar presentes e evidentes os vários sujeitos em encontros de não violência, em encontros de não preconceitos.

Esse diálogo deve mexer com as temporalidades, com as sonoridades, os odores, os sabores, os tocos, num despertar profundo de artefatos culturais diversos. As sensibilidades devem ser ressignificadas nos processos formativos. Essa transversalidade navegará por diferentes planos e dimensões, inscrevendo nos corpos em atividade cognitiva formal, saberes necessários na produção de ‘*novos brasis*’. O racismo, nas suas diferentes manifestações, emerge como sendo uma dimensão estrutural a ser enfrentada e superada, mas não em si, isoladamente. A força que move a sua superação encontra-se na possibilidade de construção de uma multiculturalidade crítica.<sup>60</sup>

O preconceito racial faz-se presente na escola e precisa ser combatido. Essa instituição deve se desprender dessa lógica de segregação e desigualdade racial tão enraizada em nossa sociedade, que sustenta, ao longo dos anos, o racismo e o preconceito racial. É preciso abrir as portas das instituições de ensino para a discussão sobre o racismo e as relações raciais, para que a história dos negros, suas manifestações culturais e religiosas sejam tratadas com a dignidade que lhes é devida, para que todos, em especial as crianças e adolescentes negros e brancos, saibam da importância desse povo na formação do Brasil.

---

<sup>58</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 8.

<sup>59</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 8.

<sup>60</sup> PEPE, SANTANA, 2005, p. 8.

Quebrar o silêncio significa não ficar de braços cruzados diante da situação de racismo, fazer das instituições de ensino e a sociedade em geral um lugar de respeito à diversidade racial, social e cultural presente no nosso país, chamado Brasil.



## CONCLUSÃO

O compromisso com uma educação antirracista e inclusiva, no sentido do respeito e do acolhimento ao outro, com suas diferenças e suas limitações, passa pela responsabilidade que cada ator social, seja ele educador, aluno ou gestor, deve ter com a eliminação das atitudes discriminatórias existentes nas relações interpessoais dentro da escola. É tempo de uma profunda mudança, nascimento de uma nova cultura, fenômenos que nos envolve e afeta a todos nós. Estamos em um tempo caracterizado por problemas de vida ou morte, que afligem toda raça humana e o planeta terra: o aquecimento global, a contaminação do meio ambiente, a diminuição dos recursos naturais, em meio a uma sociedade violenta.

Não há como negar que o preconceito e a discriminação racial constituem um problema de grande proporção na vida de crianças negras, tendo em vista que sofre maus tratos direta e indiretamente, agressões e injustiça que afeta a infância e se estende até a fase adulta, comprometendo o desenvolvimento intelectual. A escola e os profissionais da educação em geral têm demonstrado omissão quanto ao dever e ao respeito à diversidade racial e no processo de reconhecimento da dignidade da criança e da juventude negra. O racismo vem sendo construído ao longo dos anos e permeando por vários elementos. As religiões africanas, por exemplo, continuam sofrendo um processo de diabolização.

A luta de várias entidades negras de todo o Brasil e também as publicações de pensadores negros têm conseguido fazer grandes avanços na ampliação do nível da consciência negra. De um modo geral, as pessoas estão aceitando sua identidade de negro. Esse processo tem contribuição de movimentos, das políticas públicas de afirmação: educação, saúde e moradia, chamados de políticas afirmativas ou políticas de reparação social. Todas essas medidas são tentativas de reparar os resquícios que ficaram do período da escravidão do país. A luta contra a discriminação racial é uma luta de todos os cidadãos brasileiros, pois é uma luta com intuito de resgatar a cultura brasileira. Essa movimentação vem contribuir para o desenvolvimento social e intelectual de toda sociedade.

É nesse contexto que as instituições de ensino podem dar uma imensa contribuição no processo de formação para a cidadania, pois é um ambiente de reflexão, que possibilita a superação do racismo em todas as suas instancias. A mudança para a construção de uma

sociedade mais justa, sem preconceito, sem discriminação racial e com respeito à diversidade cultural e religiosa depende de políticas educacionais que viabiliza a construção de sociedade sem preconceito, buscando valorizar o ser e não privilegiar um determinado grupo étnico e/ou social.

## REFERÊNCIAS

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-68.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 185-201.

FREIRE, Paulo. *À Sombra desta Mangueira*. São Paulo: Olho D'Água, 2001.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, p.563-599, 2002.

LOBO, Bárbara Natália Lages. A Discriminação Racial no Brasil: verdades e mitos. In: V SEMINÁRIO SOCIEDADE INCLUSIVA, v. 5, 2008. *Anais do V Seminário Sociedade Inclusiva: Diversidade e Sustentabilidade: do Local ao Global*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2008. Disponível em:  
<[http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/Vseminario/Anais\\_V\\_Seminario/direitos/comu/A%20DISCRIMINACAO%20RACIAL%20NO%20BRASIL%20-%20VERDADES%20E%20MITOS.pdf](http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/Vseminario/Anais_V_Seminario/direitos/comu/A%20DISCRIMINACAO%20RACIAL%20NO%20BRASIL%20-%20VERDADES%20E%20MITOS.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

BAIBICH, Tânia Maria. Os Flintstones e o preconceito na Escola. *Educar*, Curitiba, n. 19, p.111-129, 2002. Disponível em:  
<[ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/download/2085/1737](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/download/2085/1737)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

ALGARVE, Valéria Aparecida. *Cultura Negra na sala de aula: pode um cantinho de Africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas?*, 2004. 271p. Dissertação. (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 24. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

ONOFRE, Joelson Alves. Repensando a questão curricular: caminho para uma educação anti-racista. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p.103-122, jan./jun. 2008.

BRASIL. *Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

MELO, André Magri Ribeiro de. Aplicação da Lei 11.645/08 e as matrizes curriculares de literatura e cultura afro-brasileira na educação tecnológica. *Webartigos*, 28 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/aplicacao-da-lei-11-645-08-e-as-matrizes-curriculares-de-literatura-e-cultura-afro-brasileira-na-educacao-tecnologica/45865/>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 105-120. p. 114. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/anti\\_racista.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/anti_racista.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65-105. p. 68. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/anti\\_racista.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/anti_racista.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. *História & História Cultural*. 2 ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.



CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 7-12. p. 12. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/anti\\_racista.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/anti_racista.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2011.

SANTOS, Diana Viturino. Educação Anti-Racista: caminho para a formação identitária de estudantes negros. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS CULTURAIS, IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS, 2009. *Anais...*, São Cristóvão: Universidade Federal do Sergipe, 2009. p. 6. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/educacao-anti-racista-caminho-para-a-formacao-identitaria-de-estudantes-negros-diana-viturino-santos>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

PEPE, Cristiane Marcela; SANTANA, Moisés de Melo. Cultura escolar e racismo: como essa relação marca as trajetórias de vida de estudantes negros em Alagoas. In: V Colóquio Internacional Paulo Freire, Recife, 19 a 22 de setembro de 2005. *Anais...* Recife, 2005. Disponível em: <[http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes\\_orais/CULTURA%20ESCOLAR%20E%20ORACISMO%20-%20COMO%20ESSA%20RELA%C3%87%C3%83O%20MARCA%20AS%20TRAJET%C3%93RIAS%20DE%20VIDA%20DE%20ESTUDANTES%20NEGROS%20EM%20ALAGOAS.pdf](http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/CULTURA%20ESCOLAR%20E%20ORACISMO%20-%20COMO%20ESSA%20RELA%C3%87%C3%83O%20MARCA%20AS%20TRAJET%C3%93RIAS%20DE%20VIDA%20DE%20ESTUDANTES%20NEGROS%20EM%20ALAGOAS.pdf)>. Acesso em: 20 de fev. de 2012.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.